

Revista Cedoua

Ano de 2026 – n.º 52

A Revista do Cedoua (RevCedoua), em formato digital e de acesso aberto, é editada anualmente pelo Centro de Estudos do Ordenamento, Urbanismo e Ambiente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. A Revista dedica-se à publicação de trabalhos científicos de caráter jurídico ou interdisciplinar, originais, que reflitam investigação avançada sobre questões de ordenamento territorial, urbanismo e ambiente, contribuindo para a identificação e proposta de soluções para problemas relevantes nestas áreas.

Respeitando os princípios da imparcialidade e do rigor científico-jurídico, a RevCedoua seleciona textos em português, inglês, espanhol ou francês, da autoria de profissionais, investigadores ou académicos que lidem com estes temas nas respetivas áreas de especialidade. A Revista publica três tipos de textos científicos: artigos doutrinários, comentários de jurisprudência e recensões bibliográficas. Através de um exigente processo de seleção e revisão científica dos contributos publicados, a RevCedoua visa promover o alargamento das fronteiras do conhecimento no domínio do ordenamento, urbanismo e ambiente.

Chamada para publicação de artigos sobre o tema:

Dignidade ecológica, territorial e urbana

Ao longo dos séculos, a importância do conceito jurídico de dignidade aumentou progressivamente, tornando-se quase omnipresente nas constituições e em instrumentos jurídicos internacionais de proteção de direitos humanos.

No contexto da tripla crise planetária — alterações climáticas, declínio da biodiversidade e aumento da poluição — associada à intensificação das desigualdades territoriais e urbanas, a dignidade assume novos significados e uma importância jurídica ampliada para a governança e para a tomada de decisões. Agora, a dignidade emerge como o limite fundamental que restringe tanto a intervenção abusiva como a negligência institucional no âmbito das políticas ambientais e urbanísticas.

Num contexto marcado pela emergência climática e por deslocamentos populacionais; pela pressão urbanística e pela segregação social e espacial persistente; pela transição energética e implantação de megaprojetos de energias renováveis, geradores de conflitos e desigualdades territoriais; pela governação digital urbana com riscos de vigilância massiva, restrição de liberdades e exclusão tecnológica nas smart cities, a complexidade decisória adensa-se e agrava-se, e as indecisões multiplicam-se. A vulnerabilidade é cada vez mais a regra, e não a exceção. Em resposta, a dignidade ecológica, urbanística e territorial desempenha um papel central na orientação, coordenação e promoção das transições para a sustentabilidade e como critério normativo e orientador da ação pública.

Em tempos de emergência, a dignidade é muito mais do que um compromisso ético, que inspira o direito e a governança ambiental, territorial e urbana. É um princípio jurídico fundamental que molda direitos e deveres, ónus e expectativas, poderes e responsabilidades.

A reflexão sobre a dignidade ecológica, urbanística e territorial visa apoiar soluções de governança justas e transformadoras para restaurar e manter ecossistemas, cidades e territórios DIGNOS.

Neste contexto, a 52ª edição da Revista Cedoua pretende contribuir para uma reflexão abrangente designadamente sobre os seguintes eixos temáticos:

(1) Dignidade ecológica e Direito

- A dignidade ecológica como categoria jurídica: fundamentos, alcance e limites
- Relações entre dignidade da pessoa humana, proteção do ambiente e direitos das gerações futuras
- Dignidade ecológica, justiça ambiental e princípio da sustentabilidade
- A dignidade ecológica no constitucionalismo ambiental e no direito europeu
- Novos sujeitos de dignidade ecológica: natureza, ecossistemas, rios ou entidades territoriais
- Dignidade ecológica como limite à inação estatal e parâmetro para medidas de proteção e reparação.

(2) Dignidade territorial e ordenamento do território

- Dignidade territorial e coesão territorial: leituras jurídicas
- Territórios de baixa densidade, abandono territorial e justiça espacial
- Direito a permanecer, funções ecológicas e sociais do território
- Ordenamento do território e combate aos “territórios de sacrifício”
- Planeamento territorial, políticas públicas e desigualdades espaciais
- Dignidade territorial em contextos de transição energética e grandes projetos de interesse público
- Escalas de decisão e articulação multinível (local, regional, transnacional, global).

(3) Dignidade urbana e sustentabilidade social

- Dignidade urbana e direito à cidade
- Sustentabilidade social no planeamento urbano
- Desigualdade no acesso a bens ecológicos urbanos (espaços verdes, mobilidade, qualidade ambiental)
- Gentrificação verde, urbanismo sustentável e exclusão social
- Habitação digna, eficiência energética e justiça urbana
- Vulnerabilidade urbana e dignidade em cenários de emergência climática (ondas de calor, cheias, ilhas de calor, riscos tecnológicos).

(4) Planeamento, governação e decisão pública

- A dignidade como critério jurídico da decisão administrativa em matéria territorial e urbanística
- Avaliação de impactos sociais e territoriais das políticas ambientais e urbanísticas
- Governação multinível, dignidade e justiça territorial
- O papel dos instrumentos de planeamento na concretização da dignidade ecológica, territorial e urbana
- Temporalidades da dignidade: decisões estratégicas, implementação, monitorização, aperfeiçoamento e reparação
- Mecanismos de participação pública, ciência cidadã e transparência como garantias de dignidade.

(5) Perspetivas críticas e interdisciplinares

- Contributos da filosofia, da geografia, da sociologia ou do urbanismo para o conceito jurídico de dignidade territorial
- Tensões entre eficiência ecológica, competitividade territorial e dignidade
- Dignidade, planeamento e utopia: que futuros territoriais?
- Cartografias da dignidade: identificação de pontos críticos ecológicos, urbanos e territoriais
- A dignidade como argumento judicial: potencialidades e limites na litigância climática, ambiental e urbanística.

Esta chamada para publicação da RevCedoua aceitará textos para as seguintes secções:

- (1) Artigos completos:** textos doutrinários e ou teórico-práticos originais, com aproximadamente 6.000 palavras, equivalendo a aproximadamente 9-10 páginas, incluindo espaços e referências bibliográficas, de carácter jurídico ou interdisciplinar, que reflitam investigação avançada sobre questões de ordenamento do território, urbanismo e ambiente, contribuindo para a identificação e proposta de soluções para problemas relevantes nestas áreas.
- (2) Recensões:** textos com aproximadamente 1.500 palavras, equivalendo a aproximadamente 2-3 páginas, incluindo espaços e referências bibliográficas, sobre obras monográficas recentes, de carácter jurídico ou interdisciplinar, editadas preferencialmente em língua estrangeira, e que abordem uma ou mais das três temáticas: ordenamento, urbanismo ou ambiente em sentido amplo. A recensão deve iniciar-se com a caracterização física da obra, acompanhada de uma descrição sucinta dos seus aspetos essenciais, podendo incluir ou não uma breve nota biográfica do seu autor, bem como apreciações críticas do próprio autor da recensão.

- (3) **Comentários jurisprudenciais:** textos com aproximadamente 3.000 palavras, equivalendo a aproximadamente a 4-5 páginas incluindo espaços e referências bibliográficas, que analisem decisões judiciais ou administrativas, nacionais ou internacionais, relevantes nos âmbitos do ordenamento do território, urbanismo e ambiente. A análise deve ir além da exposição dos factos e da fundamentação jurídica da decisão, oferecendo uma reflexão crítica sobre os seus impactos normativos e práticos. Espera-se que o comentário inclua: (a) contextualização: introdução do caso e enquadramento jurídico, (b) discussão jurídica: identificação da questão central, a questão controversa que lhe esteve subjacente e a solução dada, com análise detalhada dos argumentos jurídicos utilizados pelos tribunais e sua compatibilidade com a legislação vigente e doutrina aplicável, (c) apreciação crítica: concordância ou discordância avaliação dos impactos da decisão no ordenamento jurídico e nas práticas urbanísticas e ambientais, considerando precedentes e tendências futuras e (d) conclusão: síntese dos principais pontos analisados, com reflexões ou propostas.

Os interessados em submeter trabalhos deverão enviar, **até ao dia 15 de março de 2026**, um **resumo da proposta de artigo, comentário jurisprudencial ou recensão com um máximo de 250 palavras**, acompanhado de uma breve nota biográfica de até 150 palavras por autor, incluindo afiliação institucional e ORCID (<https://orcid.org/register>).

Os autores dos resumos seleccionados serão notificados até ao dia 25 de março de 2026 e deverão submeter os trabalhos completos até ao dia 15 de junho de 2026. A aceitação final será confirmada após o processo de revisão por pares.

Datas importantes até à publicação do número 52:

Data	Ação
15/03/2026	Submissão dos resumos
25/03/2026	Comunicação dos resumos aceites
15/06/2026	Prazo para entrega dos trabalhos completos
05/09/2026	Prazo para tramitação de revisões
15/09/2026	Comunicação dos trabalhos completos aceites
30/09/2026	Prazo para eventuais correções e ajustes editoriais
31/10/2026	Previsão de finalização da edição

Regras para a submissão dos resumos:

- A proposta de artigo original a ser desenvolvida deve ser sumariada num resumo com até 250 palavras, em fonte *Times New Roman* tamanho 10, com espaçamento de 1,5.
- O título terá no máximo 100 caracteres de extensão e constar acima do resumo, em fonte *Times New Roman*, tamanho 14.
- Acima do título, o autor deve indicar se a proposta é para um artigo doutrinal, um comentário jurisprudencial ou uma recensão.

- d. O(s) nome(s) do(s) autor(es) deverá(ão) constar abaixo do resumo, acompanhado(s) de uma breve nota biográfica, no máximo com 150 palavras para cada autor, contendo a afiliação institucional e a identificação ORCID(<https://orcid.org/register>) .
- e. Tanto os resumos como os trabalhos completos (artigos, comentários jurisprudenciais ou recensões) poderão ser redigidos em português, inglês, espanhol ou francês.
- f. Os resumos devem ser submetidos até ao dia 15 de março de 2026 através do email rcedoua@fd.uc.pt.

Regras para a posterior submissão dos trabalhos completos, após aceitação dos resumos:

- a. Os autores de resumos aceites pela Revista deverão submeter os trabalhos completos, em arquivo anónimo, que não permita a sua identificação, até ao dia 15 de junho de 2026 através da plataforma Impactum da Universidade de Coimbra (<https://impactum-journals.uc.pt/index.php/revcedoua>)
- b. Os textos apresentados devem ser originais ou não inteiramente divulgados noutra publicação.
- c. Deverá ser observada extensão de aproximadamente 6.000 palavras para os artigos completos, 1.500 palavras para as recensões, e 3.000 palavras para os comentários jurisprudenciais, incluindo espaços e referências bibliográficas.
- d. Redação em português, inglês, espanhol ou francês.
- e. Apresentação em arquivo editável (.doc/.docx/.odt/.txt), com formatação uniforme, recomendando-se o uso da fonte *Times New Roman* tamanho 10, com espaçamento de 1,5 no corpo do texto e tamanho 10, com espaçamento simples para as notas de rodapé. As quatro margens devem ter 2,5 cm em página formato A4.
- f. Os títulos e subtítulos devem ser escritos em letra minúscula e serão pelo menos bilingues (português e inglês) ou trilingues, caso o trabalho seja apresentado em espanhol ou francês.
- g. Inclusão de um resumo de até 250 palavras, na língua do trabalho, em português e em inglês e de 5 palavras-chave.
- h. As referências bibliográficas devem apresentar a seguinte forma: Apelido, Nome, título da publicação, local, editora, ano de publicação. No caso de se tratar de publicações periódicas e / ou fascículos, deve referir-se também a data de publicação.
- i. A inclusão das referências bibliográficas em nota de rodapé dispensa a inserção de listagem bibliográfica no final do trabalho.
- j. Envio de um arquivo em separado com o título do trabalho e identificação completa do(s) autor(es) em no máximo 5 linhas para cada autor com nome, afiliações, e-mail e ORCID. Os *templates* para o trabalho completo e para esta folha de identificação serão encaminhados para os autores selecionados.

A Revista Cedoua não cobra taxas para o processamento e publicação dos artigos.

Os textos são da responsabilidade dos autores.

Quaisquer dúvidas podem ser enviadas através do endereço de correio eletrónico:
[**rcedoua@fd.uc.pt**](mailto:rcedoua@fd.uc.pt).